

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONSANTO

Accepted
[Handwritten initials]

Relatório de Gestão da Mesa administrativa

Exercício de 2018

Introdução

Concluimos cinco anos á frente da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, procuramos fazer o melhor sobre os destinos desta Instituição, fizemo-lo convictos da responsabilidade que é desempenhar esta missão, com a consciência de que estamos numa Instituição cujo valor social e humano é fundamental em termos locais e regionais e qual temos o dever de preservar e valorizar.

Com a experiência e conhecimentos adquiridos na gestão da Instituição entendemos que, para além do valor económico, não é menos importante e necessário gerir bem as emoções e o relacionamento de pessoas emocionalmente mais debilitadas.

Procuramos ser eficazes na gestão dos bens materiais, humanos e culturais e nos processos contenciosos e pré-contenciosos, temos tentado evitá-los mas, quando ocorrem, procuramos resolvê-los tendo sempre em conta os interesses da Santa Casa, procurando manter o regular funcionamento da instituição.

Continuamos com grande empenho e dedicação conscientes de que esta região, as pessoas que aqui residem, as pessoas que aqui trabalham, a história dos nossos antepassados, a nossa cultura e as nossas tradições merecem ser protegidas e preservadas.

Plano estratégico para a sustentabilidade futura

A desertificação do interior de Portugal, conduziu a que a tenhamos cada vez menos população, por isso é muito importante reforçar as organizações existentes que garantam algum emprego e a fixação de jovens na região.

A sustentabilidade da Instituição obriga a investimentos na adaptação das instalações para que sejam cumpridas as obrigações definidas pelas alterações legislativas, e sobretudo para que aumentem os níveis de conforto, para que juntamente com o trabalho eficiente das nossas colaboradoras e colaboradores, seja já considerada uma referência a nível regional e, deste modo, possamos atrair Utentes de outras localidades.

Aguardamos a decisão de uma candidatura a fundos comunitários para realizar-mos os investimentos aprovados para o ano de 2019.

Análise económica e financeira

Procuramos assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Instituição.

Devido a infiltrações de água foi montado um telhado no túnel que liga o ultimo sector a ser construído á sala principal do lar.

O resultado do ano de 2018 foi um saldo positivo de 11.620,11 Euros.

Em anexo ao Relatório de Gestão juntamos as Demonstrações Financeiras que apresentam uma análise mais detalhada da situação económica a financeira da Santa Casa e de a sua evolução nos anos de 2017 e 2018.

Recursos humanos

Procuramos manter e se possível melhorar os níveis de motivação de todas as colaboradoras e colaboradores desta Instituição. Foi dada formação e prevemos em 2019 continuar mais formação técnica que se reflectirá numa melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Mantemos avença com uma médica, fizemos contrato sem termo com mais uma enfermeira, o que aumentou consideravelmente a qualidade dos cuidados de saúde primários.

Perspectivas para o futuro

Para o ano de 2019 procuramos cumprir o plano de atividades aprovado em Novembro de 2018.

Consideramos importante e necessário fazer os investimentos previstos no plano de investimentos para 2019. Aguardamos com muita expectativa a decisão da candidatura a fundos comunitários para a conclusão do projecto para remodelação da lavandaria, e dos quartos situados por cima da citada lavandaria.

A reparação e remodelação da igreja da Misericórdia, está condicionada ao seu financiamento em condições favoráveis.

Os investimentos serão realizados à medida que seja possível garantir o seu financiamento sem comprometer a sustentabilidade financeira corrente.

Também é desejável fazer a florestação e jardinagem de parte da área envolvente ao lar porque melhora a climatização e conforto. Procuramos que este investimento seja realizado de forma progressiva e faseada.

Comentários finais

Estamos atentos às críticas e aos anseios de todos os que de algum modo se preocupam com esta Instituição, ajudando-nos a corrigir o que deve ser corrigido, sempre numa perspectiva de um futuro que reforce a qualidade.

Gostávamos de ver maior participação dos irmãos e de ter mais adesões de novos irmãos jovens e menos jovens que permitissem que esta instituição veja reforçados os laços de solidariedade dos Monsantinos, dos residentes nesta região para que a cultura monsantina perdure e se reforce.

Monsanto, 06 de Março de 2019

A Mesa Administrativa

Antonio Luis Andrade Sequeira

Maria Alice Morcino Sena Castro

Juiz Filipe Pedroso Rodrigues

Paulo Manuel Santos Gomes

Assinatura



Demonstrações Financeiras 2018

(31 de Dezembro de 2018)

Alcete
[Handwritten signatures]

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .8	
3.1. Bases de Apresentação.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
4. Ativos Fixos Tangíveis	10
5. Inventários	12
6. Rendimentos e Gastos	12
6.1. Rendimentos.....	12
6.2. Gastos	13
7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	14
8. Instrumentos Financeiros	14
9. Benefícios dos empregados.....	16
10. Acontecimentos após data de Balanço	17
11. Outras Informações	17
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Diferimentos	18
11.3. Fundos Patrimoniais	18
11.4. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.5. Resultados Financeiros	19
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19

[Handwritten signature]

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	980 632,85	1 049 737,16
Bens do património histórico e cultural	4	55 084,12	55 084,12
Investimentos financeiros	11.1	1 612,44	1 610,90
Subtotal		1 037 329,41	1 106 432,18
Ativo corrente			
Inventários	5	575,23	2 023,00
Créditos a receber	8	5 541,99	4 268,32
Estado e outros Entes Públicos	11.4	3 075,34	4 577,36
Diferimentos	11.2	2 900,26	2 819,42
Outros ativos correntes	8	3 111,39	9 860,47
Caixa e depósitos bancários	8	545 852,65	468 221,56
Subtotal		561 056,86	491 770,13
Total do Ativo		1 598 386,27	1 598 202,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.3		
Fundos	11.3	852 308,89	852 308,89
Resultados transitados	11.3	544 836,64	506 416,42
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7, 11.3	106 681,85	127 614,15
Resultado líquido do período		11 620,11	38 420,22
Total dos fundos patrimoniais		1 515 447,49	1 524 759,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	8	14 658,81	7 930,08
Estado e outros entes públicos	11.4	9 633,33	8 467,45
Outros passivos correntes	8	58 646,64	57 045,10
Subtotal		82 938,78	73 442,63
Total do passivo		82 938,78	73 442,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 598 386,27	1 598 202,31

Monsanto, 11 de Março 2019
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA




Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	6.1	429 723,06	426 012,77
Subsídios, doações e legados à exploração	7	272 983,43	264 543,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(106 841,78)	(98 725,31)
Fornecimentos e serviços externos	6.1	(150 055,22)	(127 483,44)
Gastos com o pessoal	9	(362 794,65)	(371 610,63)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(806,74)	(1 125,74)
Outros rendimentos	6.1	38 688,19	60 436,45
Outros gastos	6.2	(899,10)	(835,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		119 997,19	151 212,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(108 969,55)	(113 473,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 027,64	37 738,91
Juros e rendimentos similares obtidos	11.5	592,47	682,25
Juros e gastos similares suportados	11.5		(0,94)
Resultados antes de impostos		11 620,11	38 420,22
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		11 620,11	38 420,22

Monsanto, 11 de Março 2019
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Miguel Joaquim de Almeida, Sr.

MESA ADMINISTRATIVA

At. Receit.
At. Gest. Adm.
At. Gest. Econ.
At. Gest. Soc.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	852 308,89	484 956,07	168 181,77	21 460,35	1 526 907,08		1 526 907,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do Resultado Líquido de 2016	2	-	21 460,35	-	(21 460,35)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				38 420,22	38 420,22		38 420,22
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				16 959,87	16 959,87		16 959,87
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7	-	-	(40 567,62)	-	(40 567,62)		(40 567,62)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	11.3	852 308,89	506 416,42	127 614,15	38 420,22	1 524 759,68		1 524 759,68

Monsanto, 11 de Março 2019
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA




Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

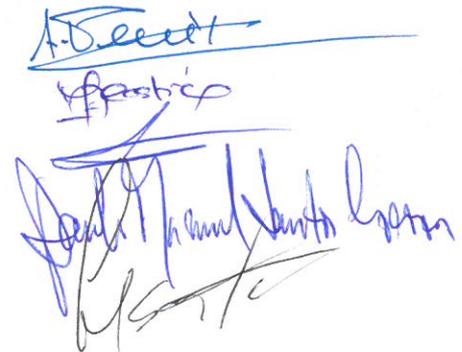
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	852 308,89	506 416,42	127 614,15	38 420,22	1 524 759,68		1 524 759,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do Resultado Líquido de 2017	2	-	38 420,22	-	(38 420,22)	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				11 620,11	11 620,11		11 620,11
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(26 800,11)	(26 800,11)		(26 800,11)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7	-	-	(20 932,30)	-	(20 932,30)		(20 932,30)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	11.3	852 308,89	544 836,64	106 681,85	11 620,11	1 515 447,49		1 515 447,49

Monsanto, 11 de Março 2019
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		465 575,43	434 086,19
Pagamentos/Recebimentos de subsídios	7	272 983,43	279 918,29
Pagamento a fornecedores		(274 837,85)	(239 799,27)
Pagamentos ao pessoal		(354 977,81)	(351 750,45)
Caixa gerada pelas operações		108 743,20	122 454,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		8 110,45	7 874,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		116 853,65	130 329,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(39 865,24)	(29 058,06)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	(597,66)	(702,93)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	4		300,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	596,12	
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento	7		-
Juros e rendimentos similares	11.5	644,22	954,13
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(39 222,56)	(28 506,86)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		77 631,09	101 822,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		468 221,56	366 399,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		545 852,65	468 221,56

Monsanto, 11 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Joaquim de Almeida Jari

A. Pereira
Francisco
João Manuel Santos Costa
Alentejo

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, com o NIF 501290524 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede e instalações sociais em Avenida Heróis do Ultramar, s/n, na localidade de Relva, da vila de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, fundada no início do século XVI, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88101 Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
- 56290 Outras atividades de serviço de refeições

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicado pelo Aviso n.º 8259/2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

Segundo as informações disponíveis, pressupõe-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo terá sido 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras dos anos anteriores foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2018 e 2017.

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 12.4 e 12.10) e "Diferimentos" (Nota 12.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes ou utilizadores desta informação.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta a natureza da

reclassificação; a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e a razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.2. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta desse Imposto (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.4. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outras Contas a Receber”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outras contas a Receber” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “Outras contas a Pagar”.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram efeitos consideráveis resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1.1. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

Estes bens não são depreciables, de acordo com o disposto na respetiva norma contabilística.

No período de 2018, (à semelhança do que já tinha ocorrido em 2017) verificou-se que não existiam quaisquer variações de valores nesta rubrica, tal como demonstra o mapa seguinte:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Bens imóveis	55 084,12					55 084,12
Arquivos	-					-
Bibliotecas	-					-
Museus	-					-
Bens móveis	-					-
Esculturas	-					-
Total	55 084,12	-	-	-	-	55 084,12

De referir ainda que a manutenção dos valores destes ativos se deve à sua natureza, pois não são sujeitos a depreciações, não tendo igualmente ocorrido qualquer perda por imparidade.

4.1.2. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador ou pelo Valor Patrimonial Tributário conhecido na data da transação.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, na sua maioria aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo (de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 12.14) ou "Outros gastos e perdas" (Nota 12.15).

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se de acordo com os seguintes quadros:

Ativos Fixos Tangíveis em 2017						
Custo	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos e recursos naturais	10 225,35					10 225,35
Edifícios e outras construções	1 534 675,48					1 534 675,48
Equipamento básico	471 061,93	7 681,63				478 743,56
Equipamento de transporte	75 245,18		(8 606,48)			66 638,70
Equipamento administrativo	19 528,31					19 528,31
Equipamento biológico	445,01					445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	139 802,91	113,31				139 916,22
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	-	21 263,12				21 263,12
Total	2 250 984,17	29 058,06	(8 606,48)	-	-	2 271 435,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	537 900,80	74 542,37				612 443,17
Equipamento básico	400 649,32	20 046,54				420 695,86
Equipamento de transporte	53 459,93	7 261,75	(8 606,48)			52 115,20
Equipamento administrativo	18 880,87	323,67				19 204,54
Equipamento biológico	333,27	55,63				388,90
Outros Ativos fixos tangíveis	105 607,18	11 243,74				116 850,92
Total	1 116 831,37	113 473,70	(8 606,48)	-	-	1 221 698,59
Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"	1 134 152,80	(84 415,64)	-	-	-	1 049 737,16

Ativos Fixos Tangíveis em 2018						
Custo	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturais	10 225,35					10 225,35
Edifícios e outras construções	1 534 675,48	1 828,60		39 024,04		1 575 528,12
Equipamento básico	478 743,56	6 597,26				485 340,82
Equipamento de transporte	66 638,70					66 638,70
Equipamento administrativo	19 528,31	1 338,00				20 866,31
Equipamento biológico	445,01					445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	139 916,22	4 893,21				144 809,43
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	21 263,12	25 208,17		(39 024,04)		7 447,25
Total	2 271 435,75	39 865,24	-	-	-	2 311 300,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	612 443,17	76 722,15				689 165,32
Equipamento básico	420 695,86	18 077,50				438 773,36
Equipamento de transporte	52 115,20	7 261,75				59 376,95
Equipamento administrativo	19 204,54	514,84				19 719,38
Equipamento biológico	388,90	56,11				445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	116 850,92	6 337,20				123 188,12
Total	1 221 698,59	108 969,55	-	-	-	1 330 668,14
Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"	1 049 737,16	(69 104,31)	-	-	-	980 632,85

5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição ou custo corrente, o mais baixo dos dois. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 393,76	99 354,55	2 023,00	105 394,01	575,23
Produtos Acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	1 393,76	99 354,55	2 023,00	105 394,01	575,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			98 725,31		106 841,78
Variações nos inventários da produção			-		-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se detalham como se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Valor 2017	Valor 2018
Géneros Alimentares	87.880,32 €	96.335,83 €
Material de Penso, Consumo e Fraldas	10.844,99 €	10.505,95 €
TOTAL	98.725,31 €	106.841,78 €

6. Rendimentos e Gastos

6.1. Rendimentos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	19 525,75	21 534,00
Prestação de Serviços	410 197,31	404 478,77
Quotas dos utilizadores	409 373,81	403 961,77
Quotas e Jóias	823,50	517,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços Secundários	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Outros rendimentos	-	-
Total	429 723,06	426 012,77

A rubrica de "Prestações de Serviços" é constituída basicamente pelas mensalidades pagas pelos utentes.

Já quanto às "Vendas", representam as transações comerciais relacionadas com o fornecimento de refeições a entidades escolares que tendo em conta as novas exigências fiscais em IVA e regras de emissão de faturação, considerou-se ser esta a classificação mais adequada.

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1 239,00	2 182,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	433,18	386,85
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conj.	-	-
Rendimentos e ganhos nos rest. activos financ.	-	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	-	300,00
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	37 016,01	57 567,10
Imputação Subsid. Investimento	14 087,13	33 722,45
Reembolsos	11 939,75	10 057,14
Donativos ("não específicos")	8 958,28	9 503,19
Total	38 688,19	60 436,45

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Verifica-se a manutenção aproximada de todos os valores em todas as rubricas, com exceção do reconhecimento / imputação a exercício dos subsídios ao investimento. A diferença consiste exatamente num subsídio denominado como "CMIN 2016" cujo período de reconhecimento já terminou no passado exercício de 2017.

6.2. Gastos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	30 843,57	23 603,98
Materiais	8 481,81	6 822,75
Energia e fluidos	80 492,92	70 702,11
Deslocações, estadas e transportes	477,88	430,31
Serviços diversos (*)	29 759,04	25 924,29
Limpeza, Higiene e Conforto	24 669,10	20 150,05
Comunicação	2 739,91	2 626,80
Seguros	1 219,54	1 409,33
Total	150 055,22	127 483,44

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos		60,42
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,05	1,35
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conj.		
Gastos e perdas nos rest. activos financ.		
Gastos e perdas em invest. não financeiros		
Outros Gastos e Perdas, dos quais:	899,05	773,52
Correcções anos anteriores	340,57	246,00
Quotizações	480,00	480,00
Outros não especificados	78,48	47,52
Total	899,10	835,29

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios do governo e de outras entidades:

Subsídios do Governo	2017		Adições/ Contratualização	2018	
	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer		Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer
Subsídios do Governo - Exploração	264 543,80	-	-	272 983,43	-
Acordos Segurança Social - Infância					
Acordos Segurança Social - Família					
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	263 616,08			272 983,43	
Acordos Segurança Social - Serv.Emergência					
I.E.F.P. - Medidas "Emprego"	927,72			-	
Subsídios do Governo - Investimentos	33 722,45	120 768,98	-	14 087,13	106 681,85
Subs.Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	19 635,32	-		-	-
Subs. PRODER (Obras de requalificação)	5 733,86	97 475,52		5 733,86	91 741,66
Subs.Câmara Municipal de Idanha-a-Nova 2016	8 353,27	23 293,46		8 353,27	14 940,19
Subsídios do Governo - Não Depreciáveis	-	-		-	-
Total Subsídios do Governo	298 266,25	120 768,98	-	287 070,56	106 681,85

A semelhança dos anos anteriores, foram reconhecidas em resultados, várias imputações dos respetivos subsídios ao investimento de acordo com o período de vida útil estimadas dos bens ativos fixos que lhe estão subjacentes.

Quanto aos subsídios à exploração, os mesmos foram reconhecidos em resultados em função do reconhecimento dos gastos a que se destinam compensar.

Subsídios de Outras Entidades e Doações	2017		Adições/ Contratualização	2018	
	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer		Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer
Subsídios de Outras Entidades - Exploração	-	-	-	-	-
Subsídios de Outras Entidades - Investimentos	6 845,17	6 845,17	-	6 845,17	-
Doação "JNG"	6 845,17	6 845,17		6 845,17	-
Outros Recebimentos (Doações, etc.)	-	-		-	-
Subsídios de outras entidades					
Doações					
Heranças					
Legados					
Total Subsídios de Outras Entidades e Doações	6 845,17	6 845,17	-	6 845,17	-

8. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	5 410,75	3 475,34
Clientes	1 160,73	-
Utentes	4 250,02	3 475,34
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	11 300,83	11 155,83
Clientes	-	-
Utentes	11 300,83	11 155,83
Perdas de Imparidade Acumuladas	11 169,59	10 362,85
Clientes	-	-
Utentes	11 169,59	10 362,85
Total	5 541,99	4 268,32

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Igualmente nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Utentes	(806,74)	(1 125,74)
Total	(806,74)	(1 125,74)

Quanto à rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos	572,46	7 756,47
Outros Devedores (inclui Cauções)	2 137,75	2 104,00
Adiantamentos a fornecedores	401,18	
Perdas por Imparidade		
Total	3 111,39	9 860,47

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	433,61	1 089,02
Depósitos à ordem	195 419,04	217 132,54
Depósitos a prazo	350 000,00	250 000,00
Outros	-	-
Total	545 852,65	468 221,56

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	14 658,81	7 930,08
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em receç. e conf.	-	-
Total	14 658,81	7 930,08

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	7,43
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	7,43
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	56 026,40	-	53 739,85
Cauções de Outras Entidades	-	-	-	-
Outros Profissionais	-	1 500,06	-	1 285,04
Outros credores	-	1 120,18	-	2 012,78
Total	-	58 646,64	-	57 045,10

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foi respetivamente, de 17 membros (entre efetivos e suplentes).

Na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, quanto aos seus membros efetivos, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- Luís António Mendonça Castiço – Presidente
- Jorge Daniel Pires da Costa – 1.º Secretário
- José Joaquim França – 2.º Secretário

Mesa Administrativa

- António Luís Andrade Pereira – Provedor
- Maria Alice Monteiro Sanano Castiço – Vice-Provedora
- Luís Filipe Pedroso Rodrigues – Secretário
- Paulo Manuel Santos Correia – Tesoureiro
- Carlos Manuel dos Santos – Vogal

Conselho Fiscal

- Manuel Martins Ramos – Presidente
- José Manuel Boino – 1.º Secretário
- António de Oliveira Monteiro – 2.º Secretário

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável à IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Evolução do Número de Pessoas ao Serviço	Média 2017	Média 2018	Dezembro 2018
Colaboradores - Conta Outrem	30	29	30
Colaboradores - Independentes	2	2	2
Total de Colaboradores	32	31	32

Importa referir que nestas contagens estão considerados todos os colaboradores, independentemente do vínculo laboral existente, mesmo no caso dos programas e candidaturas com enquadramento no I.E.F.P.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	291 005,33	299 848,42
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	416,34	2 525,28
Encargos sobre as Remunerações	63 995,49	66 162,20
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 764,71	2 498,54
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	4 612,78	576,19
Total	362 794,65	371 610,63

Ao longo do ano o número médio de colaboradores da Santa Casa, acabou por ser inferior à média do ano anterior, o que resultou num ligeiro decréscimo no total de gastos com o pessoal.

10. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das rubricas das demonstrações financeiras, são ainda divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros	1 612,44	1 610,90
Títulos e Outros	-	-
Fundos	1 612,44	1 610,90
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	1 612,44	1 610,90

O valor indicado refere-se apenas a fundos de capitalização de constituição legal e obrigatória, nomeadamente o FGCT – Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho e o FRSS – Fundo de Reestruturação do Setor Solidário. O valor praticamente manteve-se igual, apesar de ocorrer (no FGCT) um reforço mensal na ordem dos quase 50,00 €, mas que foi praticamente compensado com um reembolso de entregas feitas anteriormente, para colaboradores que, entretanto, já não estão ao serviço desta instituição.

11.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 862,44	1 241,81
Fornec. e Serviços Externos	1 037,82	1 577,61
Total	2 900,26	2 819,42
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração	-	-
Total	-	-

11.3. Fundos Patrimoniais

Em 2018, nesta rubrica, apenas se verificaram as habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior e do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento e das doações cujos ativos se encontram em utilização / depreciação. Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	852 308,89	-	-	852 308,89
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	506 416,42	38 420,22	-	544 836,64
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	127 614,15	-	20 932,30	106 681,85
Total	1 486 339,46	38 420,22	20 932,30	1 503 827,38

11.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é justificada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 075,34	4 577,36
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3 075,34	4 577,36
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	916,44	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 457,74	1 296,68
Segurança Social	7 199,36	7 105,83
Outros Impostos e Taxas	59,79	64,94
Total	9 633,33	8 467,45

11.5. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		0,94
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	-	0,94
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	592,47	682,25
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	592,47	682,25
Resultados financeiros	592,47	681,31

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade não se encontra obrigada a Certificação Legal de Contas, pelo que não dispõe dos serviços nem custeia quaisquer honorários devidos por esta atividade.

Monsanto, 11 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

